



A C Ç Ã O S O C I A L I S T A



GENTE QUE FAZ // MADEIRA

MAXIMIANO MARTINS RESPONDE AO "AS" // PÁG. 12

OPINIÃO

CARLOS ZORRINHO // ANTÓNIO SERRÃO // RENATO SAMPAIO

JOSÉ MANUEL DOS SANTOS // JOÃO GALAMBA



XVIII CONGRESSO PS

O NOVO FUTURO

// PÁGS. 2 a 11

COMISSÃO NACIONAL // SÁBADO // 17 DE SETEMBRO // SANTARÉM

Caminho alternativo para o futuro de Portugal

NO PROGRAMA
ECONÓMICO



Consciente da corrida de fundo de quatro anos que tem pela frente, empenhado no debate de ideias e na modernização do partido, António José Seguro iniciou, no Congresso de Braga, a construção de políticas de rosto humano e de um programa alternativo para o futuro de Portugal. Para a nova caminhada, o PS diz com humildade que aprendeu com os erros do passado, tendo o novo Secretário-Geral afiançado a sua determinação em fazer política com ética e transparência, com e para as pessoas, em nome das nossas causas, valores e princípios. No actual contexto político, Seguro assumiu perante os portugueses que o PS fará uma oposição firme, responsável e construtiva, tendo, nos discursos de abertura e encerramento, tecido duríssimas críticas ao Governo por estar, nomeadamente, a ir “muito além do acordado no memorando da troika”, disponibilizando-se depois para procurar compromissos, tanto à direita como à esquerda. “A posição do PS é muito clara: respondemos, e só respondemos, pelas medidas que tiverem a nossa assinatura. Não passamos cheques em branco”, afirmou categórico o secretário-geral do PS, que vai colocar o combate à corrupção como prioridade na agenda política.

O ataque ao Governo esteve patente em ambos os discursos. No de encerramento, sublinhou que, contrariamente ao que haviam prometido os partidos de direita na governação, em vez de cortar nas “gorduras do Estado”, em apenas dois meses o Governo aumentou os impostos três vezes e de forma brutal sobre quem

trabalha, isentando os rendimentos de capitais e dos maiores lucros. “Cada vez que o ministro das Finanças fala, os portugueses têm um novo aumento de impostos. Deu três conferências de imprensa para anunciar cortes na despesa e terminou a anunciar aumentos de impostos sobre os portugueses e a classe média”,

criticou Seguro, para quem “subir impostos e cortar nos apoios sociais é a receita deste Governo.” Já na sua intervenção de abertura se referira às três marcas dos primeiros oitenta dias de Governo: injustiça social, incumprimento eleitoral e insensibilidade social. “Foi assim com o aumento colossal dos preços dos trans-

portes; foi assim com o aumento brutal da taxa do IVA para a electricidade e para o gás; e foi assim com a criação de um imposto extraordinário sobre o subsídio de Natal”. Medidas estas, como sublinhou, não estavam estabelecidas, nem nos termos, nem nas datas no acordo firmado com a troika. Outro dos incum-

primentos respeita ao fim das deduções fiscais com despesas de saúde e educação, ao contrário do que exigiram como contrapartida para aprovarem o Orçamento de Estado do corrente ano quando ainda eram oposição. A ofensiva contra o PSD foi uma constante em ambas as intervenções, recordan-



do Seguro que o actual primeiro-ministro, enquanto líder da oposição, dizia que “não aumentaria impostos e que um imposto sobre o subsídio de Natal seria um disparate!”, tendo feito exactamente o contrário após ter ganho as eleições. Em matéria económica, o líder socialista também criticou o Governo por, volvidos três meses da sua posse, não ter “clarificado os mecanismos de apoio à internacionalização das nossas empresas, prejudicados pela indefinição do modelo de funcionamento do AICEP”, insurgindo-se igualmente contra o facto de “não ter sido tomada uma única medida para preservar o emprego e estimular condições para a criação de postos de trabalho.”

Em matéria de sacrifícios que estão a ser pedidos aos portugueses, António José Seguro venceu bem as diferenças entre os socialistas e

25 anos depois, Mário Soares esteve presente num Congresso do PS. No discurso de encerramento Seguro anunciou ser Soares a presidir em 2013 às comemorações dos 40 anos da fundação do nosso partido

a direita que está no poder. Desde logo, recordou que o PS votou contra o imposto extraordinário por este corresponder a uma “enorme insensibilidade social”, dado que tributa trabalhadores que auferem vencimentos acima dos 600 euros mensais, ao mesmo tempo

que deixa de fora os rendimentos do capital e as empresas com maiores lucros.

Toda a verdade sobre a Madeira

A situação financeira da Madeira é um “escândalo” e uma “vergonha” para um país democrático, onde ao crónico défice democrático se junta agora o défice nas contas públicas. Segundo o secretário-geral do PS, “o PSD levou a Madeira à falência, gaba-se disso e envia a factura para que sejamos todos a pagar”, tendo por isso exigido saber toda a verdade: “Queremos saber o valor real da dívida directa e indirecta da Madeira. Onde e como foi aplicado o dinheiro dos contribuintes. Exigimos o apuramento das responsabilidades de toda a natureza”, tanto mais que “parte significativa dos empréstimos para recuperação dos estragos pela tragédia de 20 de

Fevereiro foi canalizada para pagar despesas de funcionamento”. Acrescentado depois que o Governo da República tem de dizer antes das eleições regionais quais as “obrigações que decorrem do pedido de assistência financeira” feito pelo Governo Regional. Seguro entende que estas devem adoptar “um fortíssimo corte nas gorduras, mordomias, e despesismo do governo regional e do sector empresarial, sem esquecer os consumos intermédios”, bem como a introdução de “uma cláusula democrática que obrigue os órgãos próprios da região a respeitarem, na prática, as recomendações do Tribunal de Contas e a reconhecerem os direitos fundamentais dos deputados da oposição.” O líder socia-

“Quero Portugal no núcleo dos países mais desenvolvidos da Europa”

lista declarou a Maximiano Martins, candidato do PS ao Governo daquela região autónoma, e a todos os camaradas madeirenses, todo o apoio para o próximo combate eleitoral de 9 de Outubro. Reafirmando fidelidade ao valor das autonomias, Seguro estabeleceu um paralelismo com os Açores, “que diferença!”, e disponibilizou-se, naturalmente, para também estar ao lado dos socialistas açorianos nas eleições de 2012.

Ao lado das pessoas

No campo ideológico realçou vários aspectos que nos diferenciam do actual Governo. O primeiro dos quais é a Constituição. Neste particular, Seguro garante que “o PS não está disponível para sufragar uma agenda de enfraquecimento do Estado Social; o PS não está nem estará disponível para viabilizar pro-

postas que alterem drasticamente o equilíbrio das relações laborais em prejuízo dos trabalhadores.” O segundo respeita, para o líder do PS, à igualdade que encara como “valor ético, um dever que a sociedade impõe a si mesma para concretizar”, enquanto a direita o vê como “um avatar de mercado em que cada um cuida de si”. A questão dos direitos sociais é porventura a questão em que a linha de fronteira é mais nítida. A este respeito afirma Seguro: “O que aqui está em causa é sério, é mesmo aquilo que de mais sério há na política: o valor da dignidade da vida humana”, acrescentando mais adiante que o actual Governo está a levar a cabo “uma espécie de assistência aos mais pobres e carenciados” a que não se coíbe de apelidar de “caridadezinha”. Ao contrário da reivindicação sem fundamento histórico que a direita costuma fazer em torno das matérias atinentes ao rigor orçamental, do défice e da dívida pública, para o líder socialista “a diferença entre nós e o actual Governo não está no compromisso com o rigor orçamental. A diferença está no objectivo, na finalidade dessa opção política por finanças públicas equilibradas”, salientando que, para a esquerda democrática, a exigência de rigor “tem a ver com as pessoas e não com os mercados”. Nesse sentido sustentou, ao contrário do raciocínio do actual Governo, que o principal problema do nosso país “é o fraco crescimento económico”, defendendo por isso que qualquer consolidação das contas públicas que não esteja ligada a crescimento económico “não serve os interesses dos portugueses”. O posicionamento face à Europa, constitui para António José Seguro outra das linhas de fronteira em que o PS claramente se demarca da governação do país. “Face à gravidade dos problemas e sociais, como é possível que um Governo de um país europeu nada tenha a dizer sobre a ➔



→ situação e o futuro da Europa?”, questionou, para, de imediato, desferir nova crítica ao Governo por este “ter dito no parlamento português que era a favor das ‘eurobonds’ e, dias depois, tenha dito o contrário, após uma reunião, na Alemanha, com a chancelarina Merkel”. Paladino da presença de Portugal “de cabeça erguida na primeira linha do debate europeu”, Seguro considerou que o “europeísmo acríptico” do PSD conduz à abdicação da defesa dos interesses de Portugal, correspondendo “aos interesses dos outros Estados-membros e dos nossos credores.” O valor da confiança foi o último ponto frisado por António José Seguro como diferenciador entre o PS e a direita, já que esta “desconfia das pessoas”. O PS, no dizer do seu secretário-geral, “não teme nem a voz nem a iniciativa dos cidadãos”, criticando o primeiro-ministro que, dias antes, ameaçara os portugueses que ousem vir a manifestar-se ou exprimir-se livremente. Por isso deixou claro o aviso: “O PS não teme nem aceita qualquer condicionamento da livre expressão da vontade dos

Posicionando-se ao lado dos portugueses contra sacrifícios não contemplados no memorando com a troika, Seguro garantiu ir acompanhar de perto o processo de privatizações, vincando ser contra a privatização das Águas de Portugal e da RTP

cidadãos. O PS está e estará sempre ao lado da liberdade, das pessoas e do cumprimento da lei.” A estratégia socialista para o crescimento económico, ao invés da austeridade trilhada pelo Governo, e porque os recursos são escassos, aposta no apoio às exportações e às empresas produtoras de bens transaccionáveis. António José Seguro, no seu discurso de encerramento do Congresso, apresentou o caminho para este objectivo, o qual passa pelo reforço imediato das linhas de crédito comercial e

seguros de crédito, orientadas para melhorar o fundo de maneo das empresas exportadoras, pela reorientação do QREN e pela negociação das perspectivas financeiras 2014-2020 em função destas prioridades.

Reconciliar a Europa com o ideal fundador

Ciente de que os problemas do país não se resolvem “exclusivamente ao nível nacional” pois estão associados ao futuro da Europa, o novo líder socialista considera fulcral o debate sobre o federalismo europeu. “Chegou a hora das grandes decisões europeias, não podemos esperar mais tempo. Ou a Europa decide ou morre”, disse, a terminar o seu discurso de encerramento onde também foi peremptório ao afirmar que “a Europa precisa de uma agência de rating autónoma. A Europa precisa de um orçamento reforçado. A Europa precisa de ‘eurobonds’ para suportar a emissão conjunta de dívida pública e para financiar investimentos estruturantes.” Mais adiantou em tom crítico: “A Europa não precisa de medidas avulsas, ora propostas pela Alemanha

ora propostas pela França. Do que a Europa precisa é de uma resposta global e urgente, de um caminho comum que passará certamente pela revisão dos tratados.”

Modernizar o partido

Internamente, Seguro prometeu reforçar a participação, modernizar a organização, os métodos, os protagonistas, bem como o funcionamento do partido. “Mais poder aos militantes do PS: tanto na escolha dos candidatos a eleições (para as autarquias e para a Assembleia da República), como na escolha das nossas

Desde a eleição do novo secretário-geral registam-se 3 710 adesões

propostas políticas.”

A adopção de um Código de Ética para o exercício de funções públicas foi uma novidade que o secretário-geral introduziu no seu discurso de encerramento. “Todos os membros do Secretariado Nacional do PS assinarão, tal como eu, um compromisso de honra que respeitarão esse Código de Ética. O mesmo acontecerá para todos os candidatos do PS às futuras eleições autárquicas, europeias e legislativas”, afirmou. O secretário-geral do PS comprometeu-se também com a criação de um “Laboratório de Ideias”, o qual será um “espaço de encontro e de trabalho dos cidadãos, militantes ou não, que desejem dar o seu contributo para a actualização das propostas do PS.” Com os olhos postos no horizonte de 2013, o líder socialista garantiu trabalhar desde já na preparação das eleições autárquicas que “queremos ganhar”, disse, aproveitando para agradecer a todos os autarcas que, em nome do PS, particularmente àqueles que por força da lei não se poderão recandidatar, dedicaram parte das suas vidas a servir as populações locais. ● S.G.S.

PROPOSTAS

Com a promessa de que não apresentará nenhuma proposta que não possa executar como primeiro-ministro, António José Seguro anunciou as primeiras iniciativas:

O **combate à corrupção** é erigido como prioridade da agenda política do PS. Nesse sentido, serão realizadas um conjunto de reuniões, a iniciar até ao final do mês, com representantes dos operadores judiciais, forças políticas, investigadores e demais interessados “de modo a estabelecer um compromisso nacional sério de eficiente de combate à corrupção.”

Sobre o **imposto extraordinário**, alargá-lo às empresas com lucros superiores a dois milhões de euros, o que permitiria arrecadar mais receita do que a prevista com o aumento do IVA do gás e da electricidade, tanto mais que o “aumento de 6 para 23% é uma violência” por este corresponder de facto a 280%.

Em **alternativa ao aumento brutal do IVA**, apresentar no Parlamento um regime mais justo e fiscalizado dos subsídios à produção de electricidade através da co-geração.

Apresentação, para breve, **da nossa proposta final de revisão da lei eleitoral autárquica**, com votos de que o PSD não volte atrás nesta matéria, de modo a que as eleições de 2013 possam já decorrer ao abrigo de nova legislação, na se pretende ver estabelecida a formação de executivos homogéneos, com menos vereadores e mais competências para as assembleias municipais. Governação política e económica para a Europa, com um orçamento com maiores recursos financeiros, capaz de fazer face, sem tutelas, aos problemas das crises actuais. ●

A VOZ DOS DELEGADOS

PS MOBILIZADO PARA O FUTURO

AGOSTINHO FREITAS

Electricista
64anos
Secção Vizela



Espero que do Congresso saia um novo ciclo que aposte na renovação do partido, com novas ideias, uma outra postura, de modo a que façamos uma melhor oposição, com vista a uma novo rumo para o país.

RICARDO TAVARES

Empresário
30 anos
Secção Sever do Vouga



A minha expectativa é que deste Congresso saia um PS unido, sem divisões, forte, e que na oposição construa uma alternativa assente em propostas e soluções capazes de dar resposta a esta conjuntura tão difícil que o país atravessa.

JOANA LIMA

Vice-presidente da
Câmara da Trofa
47 anos
Secção Trofa



É preciso uma grande renovação do partido, feita num clima de unidade pelo novo secretário-geral. O PS deve fazer uma oposição assertiva e construtiva com base nos valores do socialismo democrático. Enfim, um novo ciclo.

SANDRA DAVID

Técnica de Serviço
Social
38 anos
Secção Góis



Espero que este seja um Congresso de debate de ideias que relance o nosso partido, fundamental na construção de uma alternativa a este Governo que tem uma política cega de cortes, tendo como cartilha de acção o neoliberalismo, em que as pessoas são meros números.

ANTÓNIO VILHENA

Psicólogo, vereador da Câmara de Coimbra
50 anos
Secção Sé Nova



Este novo ciclo vai trazer um sopro de alma para o partido e para o país. E trará, estou certo, uma vaga de esperança que será fundamental na transformação das mentalidades e auto-estima dos portugueses.

DALILA ARAÚJO

Ex-secretária de Estado da Administração Interna,
56 anos
Secção Bairro Alto



A unidade proporcionada pelo novo ciclo vai levar o PS a reforçar a sua matriz ideológica, no combate ao neoliberalismo. E tendo como centro da acção política as pessoas, com as políticas que fizeram a história do nosso partido, como a defesa do Estado Social, a igualdade e o desenvolvimento económico sustentado.

CARLOS OLIVEIRA

Gestor, 51 anos
Secção Oeiras



Este é o momento de clarificação de uma estratégia, que deve assentar numa oposição responsável e criativa na defesa do Estado Social e de políticas de redistribuição mais justa do rendimento nacional.

VÍTOR GUERREIRO

Vice-presidente da
Câmara de São Brás
de Alportel
41 anos
Secção São Brás de
Alportel



Acredito que António José Seguro, com este novo ciclo, irá devolver ao PS os seus valores, valorizando a sua história, mas com os olhos no futuro para enfrentar os difíceis desafios que se vão colocar. Tenho ainda a certeza que o PS fará uma oposição construtiva, com as pessoas no centro das suas propostas.

DORA GASPAR

Vereadora da Câmara
de Vizela
37 anos
Secção Vizela



É preciso que o novo ciclo agora iniciado no PS seja marcado por uma oposição firme, sob o lema de que as pessoas estão primeiro, ao Governo de direita. E ainda que tudo o que foi feito de positivo nos seis anos de Governo de José Sócrates continue a ser defendido.

**MANUEL MENEZES
DE FIGUEIREDO**

Reformado, ex-deputado e ex-presidente da Assembleia Municipal de Gaia
83 anos
Secção Oliveira do Douro



Espero neste novo ciclo que o PS se renove na fidelidade absoluta aos seus valores, o que nem sempre tem acontecido. E ainda que o nosso partido seja o baluarte, com propostas progressistas, do sonho de uma sociedade mais justa e mais igualitária.

JOANA MACIEL

Estudante de engenharia civil
22 anos
Secção Braga



Estou convicto de que o PS vai melhorar, avançar com novas ideias de progresso e justiça social. Aliás, o novo ciclo diz tudo. Para dar a volta à situação do país são precisas políticas mais rigorosas em que as pessoas estão primeiro, como diz o nosso slogan.

FERNANDO COSTA

Economista
58 anos
Secção Seixal



É preciso que a nova liderança do PS defenda o que foi conquistado nas áreas da educação, saúde, modernização do país e que alerte os portugueses para a agenda da direita de desmantelamento do Estado Social. Há um risco de regressão civilizacional, de destruição das conquistas de Abril.

RUI GONÇALVES

Engenheiro civil
29 anos
Secção Braga



Deste Congresso vai sair um PS reforçado, renovado, e mais coeso para fazer uma oposição firme ao Governo de direita e com um secretário-geral como António José Seguro que tem uma forte capacidade de liderança e sabe, sobretudo, ouvir as estruturas do partido e os militantes.

CLÁUDIA MOTA

Desempregada
33 anos
Secção Paredes



Tenho a expectativa de que este Congresso seja o ponto de partida para uma viragem do PS nesta nova etapa na oposição. Uma viragem que deve passar por um profundo debate de ideias, por uma maior atenção da direcção aos militantes. No fundo, é fundamental que haja mais vida interna no partido.

FERNANDO TEIXEIRA NOGUEIRA

Reformado do “Diário de Notícias”
73 anos
Secção Almirante Reis



Espero que o novo secretário-geral desenvolva e estimule o debate no interior do nosso partido, de forma a recolher contributos para propostas socialistas aos graves problemas que o país enfrenta. É fundamental também que haja uma maior interacção com os militantes, é preciso ouvi-los, dar-lhes voz.

PAULA ESTEVES

Técnica de Comunicação Social
45 anos
Secção Ildefonso



O novo ciclo do PS, com um estilo mais distendido, vai ter a força e galvanização necessárias para chegar ao Governo. O slogan “As pessoas primeiro” escolhido pelo novo secretário-geral, António José Seguro, diz tudo sobre a sua visão política. Estou muito confiante.

ARMANDO DURO

Aposentado da Função Pública
63 anos
Secção Cabeceiras de Basto



Neste novo ciclo, o PS deve afirmar-se como uma alternativa de esquerda ao Governo de direita que está a implementar a sua agenda neoliberal de desmantelamento do Estado Social, de desregulação laboral e de privatizações. É preciso também obrigar o PSD a cumprir o memorando assinado com a troika, sem ser mais troikista que a troika.

DEOLINDA PIMENTA

Professora do 1º ciclo
56 anos
Secção Vila Verde



É preciso uma mudança no partido, no sentido de se ouvir as estruturas e os militantes socialistas. E desejo que o PS faça uma forte oposição às políticas de direita que ameaçam o Estado Social e os direitos dos trabalhadores, que, aliás, não podem ser os únicos a pagar a crise.

ANA RITA CARDOSO

Estudante universitária
18 anos
Santa Maria da Feira



Este Congresso vai marcar o início de uma mudança na política do PS, com novos projectos e propostas. Vivemos num país muito desigual, com mais pobreza e uma classe média a ter cada vez menores condições de vida. É urgente, é imperioso inverter esta situação.

TELMA CORREIA

Jurista
37 anos
Secção Amadora



Espero que o PS faça uma oposição forte e construtiva, que permita a Portugal superar estes difíceis momentos não perdendo nunca a perspectiva social e os valores progressistas que enformam o nosso partido. ● J.C.C.B.

QUATRO PAINÉIS TEMÁTICOS

O XVIII Congresso Nacional do PS inovou no que respeita ao formato que vinha a ser desenvolvido. Em Braga, desta vez, antes dos trabalhos, realizaram-se quatro painéis temáticos em torno dos temas O Futuro e a Europa, Emprego, Combate à Corrupção e Modernização do PS, que registaram uma forte participação dos militantes socialistas.

No painel sobre a Europa, moderado por Ana Catarina Mendes, foram

oradores Mário Soares e António Vitorino, enquanto no painel sobre o Emprego, conduzido por Miguel Laranjeiro, participaram João Proença e Miguel Oliveira. Já o painel em que se discutiu o Combate à Corrupção, moderado por Filipe Neto Brandão, contou com a presença de Vera Jardim e Luís de Sousa e a Modernização do PS, painel moderado por Luís Pita Ameixa, teve como oradores António Costa Pinto e Carlos Zorrinho. ●







António José Seguro e a nova direcção política do PS apostam em fazer diferente

UM CONGRESSO VIRADO PARA O FUTURO



Carlos Zorrinho

Colocar as “Pessoas Primeiro” para com elas tornar possível um Novo Futuro, constituiu a ideia chave da proposta política resultante do XVIII do Congresso do PS que decorreu em Braga de 9 a 11 de Setembro.

Esta ideia não é apenas um slogan. É muito mais do que isso. É o reconhecimento que na actual conjuntura económica e social europeia e global já não basta governar para as pessoas. É preciso governar com elas e mobilizá-las para o esforço colectivo de construção das alternativas políticas. O mundo mudou com a grande crise iniciada na economia americana e propagada com especial virulência à economia europeia. As velhas respostas, da direita e da esquerda caducaram, embora infelizmente as cartilhas da direita continuem a fazer estragos na maioria dos Países da União Europeia, incluindo Portugal.

São agora necessárias novas respostas. Não será no entanto possível uma transformação social consistente se ela não começar nos alicerces da democracia, na forma como se formam e aplicam as políticas e na mobilização dos cidadãos para a participação cívica e para o exercício natural duma nova forma de viver nas escolhas e acções do seu quotidiano.

António José Seguro e a nova direcção política do PS apostam em fazer diferente, não porque no passado o PS tenha feito mal, mas porque as circunstâncias se alteraram, a sociedade e a economia têm novas exigências e as respostas políticas exigem um novo protagonismo das pessoas. Fizemos bem em todas as nossas passagens pelo governo embora cometendo erros como sempre se cometem. Cometemos erros e temos a humildade de aprender com eles. O maior erro seria no entanto não perceber que o desafio mudou, que o jogo agora é outro e que com o orgulho e saber acumulado do nosso património histórico temos que dar um passo em frente na qualidade das respostas e no envolvimento das pessoas e da sociedade nessas respostas. Foi isso que fizemos com unidade e diversidade num congresso virado para o Futuro. ●

PARTIDO UNIDO, COESO E PLURAL

Maria de Belém Roseira

“O PS é um partido ímpar na luta pela igualdade, porque um povo sem direitos é um povo sem dignidade”.



João Ribeiro

“Só o Partido Socialista é a verdadeira alternativa a este Governo. O PS prestou contas nas últimas eleições, não vamos continuar a prestar contas indefinidamente. Em democracia as contas prestam-se em eleições e não ao som de golpes de asa mediáticos”.



José Luís Carneiro

“A proximidade do partido aos militantes e à sociedade civil é a melhor forma de construir uma clara alternativa a este Governo. Uma proximidade que exige também que se faça um verdadeiro combate à corrupção”.



Ferro Rodrigues

“O PCP e o BE têm uma enorme responsabilidade no aparecimento deste Governo”.
“Os valores europeus defendem-se com um Governo que saiba defender a Europa e Portugal na Europa, e não rastejando a pedir à senhora Merkel e a mostrar que nos portamos melhor”.



Maximiano Martins

“A Madeira vive no regime de partido único como o país viveu até ao 25 de Abril de 1974”.



Edmundo Pedro

“O partido tem de ultrapassar o unanimismo estéril do passado recente e relançar-se num novo ciclo no funcionamento interno”.



Susana Amador

“Este Congresso é uma nova página de dignidade na vida do PS”.



Carlos César

“É possível sacrificar menos os portugueses e pensar mais em Portugal e menos no calendário eleitoral. Este Governo está a pedir mais a quem não deve e não pede a quem pode dando a quem não precisa”.



Carlos Zorrinho

“O Governo está a fazer dos portugueses cobaias de uma política requintada. A história destes 100 dias de governação mostra um Executivo atabalhoado, acobrunhado e sem rumo”.



João Soares

“Tenho muito orgulho na obra notável de requalificação do território e da administração pública, da defesa e incremento da escola pública e do Serviço Nacional de Saúde que foi feito pelo Governo do PS. Não podemos deixar que a direita nos ataque nestas matérias”.



Catarina Marcelino

“Quem se candidata pela força das ideias ganha sempre”.



Joel Hasse Ferreira

“A coligação das direitas tem contribuído fortemente para o aumento do desemprego. Este Governo não só destrói o Estado Social como as bases da própria democracia”.



António Fonseca Ferreira

“Repensar o PS e reestruturá-lo é não só necessário como urgente para enfrentar esta coligação de direita que está a afundar Portugal”.



Capoulas Santos

“Proponho que se acabe com esta coisa ridícula de só se poder votar quando se tem as quotas em dia”.
“Não há reforma do Estado sem uma eficaz regionalização”.



António Serrano

“Os partidos que formam este Governo vieram provar aquilo que já se suspeitava: Não têm nenhum pensamento estratégico para a economia e muito menos para a agricultura. Tudo o que disseram na oposição não passa, como hoje verificamos, de demagogia e de uma demonstração evidente de que não sabem o que fazem”.



Vieira da Silva

“O PS só ganhará a maratona se for capaz de se opor aos que querem aproveitar a crise política e económica para provocar uma ruptura profunda no país. Porque as maratonas são corridas longas e para as vencer é necessário que sejamos capazes de légua a légua, quilómetro a quilómetro atingirmos os nossos objetivos, alcançando os melhores tempos”.



Pedro Nuno Santos

“A direita ganhou quando conseguiu convencer as sociedades que os mercados eram os deuses do mundo. A direita ganhou também quando convenceu as sociedades que um operário podia ganhar 400 euros e um administrador de um qualquer banco auferir 100 mil euros por mês”.



Mário de Almeida

“Este Congresso vai mudar Portugal. O PS vai fazer a oposição que o país reclama”.



Vara Jardim

“Revejo-me na intervenção do secretário-geral e na defesa dos direitos constitucionais e da nossa Constituição. Mas a hegemonia do pensamento único da direita existe muito por culpa dos caminhos erráticos que a esquerda assumiu”.



António Costa

“O PS está na oposição mas não é um partido de oposição. A nossa agenda não é a da resistência, da crítica fácil e do botabaoismo. O PS deve afirmar todos os dias os seus valores, a sua alternativa, com a responsabilidade, determinação e ânimo reformista, que têm de ser as suas marcas para enfrentar a crise”.



AL

Alberto Martins

“A tirania dos mercados face ao Estado tem de ser ajustada no sentido do Estado social cumprir as suas funções. Nesta mudança civilizacional que nos é exigível temos de ter consciência do papel do PS em Portugal e na Europa”.

**João Proença**

“Em matéria de políticas de emprego o que está no programa do Governo é muito pior do que o acordado com a troika”.

**Edite Estrela**

“A direita acusava Sócrates de ser a causa de todos os males. Vemos agora que essas críticas não eram sérias e que apenas visavam o derrube do Governo socialista”.

**Miguel Laranjeiro**

“Este Congresso já ganhou na clarificação. Sabemos de que lado estamos e sairemos daqui preparados para enfrentar este Governo”.

**Pedro Silva Pereira**

“A fidelidade ao memorando da troika não pode impedir o Partido Socialista de fazer uma oposição firme às políticas deste Governo. É por isso que o PS não tem e não deve aceitar uma estratégia de política orçamental decidida pelo Governo que apenas visa cumprir uma agenda ideológica contra o Estado social”.

**Manuel Alegre**

“O PS não é a esquerda do Bloco Central ou o terceiro partido nacional do centro-direita. A esquerda perdeu por se ter deixado colonizar ideologicamente e por ter feito políticas que não são as suas. Mas também por se ter deixado embalar pela canção enganadora da terceira via, por ter capitulado quando não devia e por ter aceite passiva e acriticamente as soluções impostas pelos especuladores que estão a dominar a Europa e a empobrecer os nossos países”.

**Almeida Santos**

“O líder socialista não deve fazer, por enquanto, uma oposição feroz ao Governo, mas procurar equilibrar a tendência de direita do actual Executivo”.

**Jorge Seguro Sanches**

“Mais do que se afirmar pela crítica o PS deve afirmar-se pelas suas propostas”.

**António Vitorino**

“Portugal está num ciclo vicioso de austeridade e recessão, do qual só pode sair com crescimento económico e maior solidariedade europeia. Um dos caminhos para que o país possa ultrapassar este sufoco passa pelo Governo português renegociar com a União Europeia as condições de utilização dos fundos comunitários, indo ao ponto de reduzir a comparticipação financeira nacional”.

**Ana Gomes**

“Não haverá governação na Europa enquanto não houver regulação das políticas económicas. Não podemos aceitar que Pedro Passos Coelho ande de chapéu na mão a papaguear o que manda a chanceler alemã”.

**Mário Soares**

“Não podemos aceitar que nos processos de privatizações as nossas jóias da coroa sejam vendidas ao preço da uva mijona. O compromisso com a troika não pode ser encarado como uma escritura sagrada”.

**Jorge Lacão**

“O Governo está perante os portugueses a defender os interesses da troika, ao invés de estar perante a troika a defender os interesses dos portugueses”.

**Vital Moreira**

“O PS tem feito um compasso de espera na oposição, o que é natural dado o período de transição que atravessa. Mas deve, a partir deste Congresso, ser mais assertivo contra um PSD cada vez mais à direita”. ● R.S.A.



ASSIS NO CONGRESSO

Comigo não há facções nem tendências

“Comigo não há facções, não há tendências”, afirmou Francisco Assis na intervenção que efectuou no XVIII Congresso Nacional, sublinhando que “os portugueses não estão à espera que os socialistas se andem a atacar uns aos outros”, mas que “se unam para construir uma alternativa de poder sólida, firme e sedutora em Portugal”.



Salientando ter sido “uma grande honra” candidatar-se a líder “deste grande partido que é o nosso”, Assis fez questão de afirmar: “Eu candidatei-me a secretário-geral do PS. Fizem-se eleições. Não Ganhei”. Por isso, disse considerar “completamente encerrado este processo aqui, neste congresso”.

Numa intervenção pautada pela defesa da unidade do partido, o ex-líder da bancada parlamentar socialista reiterou que quer “servir o PS”, acrescentando estar certo de que todos os militantes que o apoiaram na sua candidatura também “querem servir o PS hoje, aqui e agora”.

E, dirigindo-se directamente a António José Seguro, acentuou: “Quero dizer-te secretário-geral do PS, que podes contar comigo e que podes contar connosco”.

A intervenção de Francisco Assis ficou ainda marcada por um forte ataque à maioria de direita, que, na sua opinião, já “começou mal, porque começou com uma falha moral, antes de ser uma falha política”.

Por isso, frisou, “hoje temos claramente que dizer ao PSD e ao CDS/PP que a contradição entre o que prometeram e o que estão a fazer, a contradição entre as expectativas que geraram e as frustrações que estão a criar, que essa contradição assenta numa falha moral que é particularmente grave numa altura difícil da vida nacional, quando se tem de pedir enormes sacrifícios a todos os portugueses”.

RESULTADOS DAS ELEIÇÕES PARA ÓRGÃOS NACIONAIS
Comissão Nacional de Fiscalização Económica e Financeira

A: 68,03% (10)

B: 31,97% (5)

Comissão Nacional de Jurisdição

A: 68,19% (5)

B: 31,81% (2)

Comissão Nacional

A: 67,62% (170)

B: 32,38% (81)

RESULTADOS DA VOTAÇÃO DAS MOÇÕES DE ORIENTAÇÃO NACIONAL

(1129 votantes)

Lista A (1º

subscritor: António

José Seguro)

855 votos (75.73%)

Lista B (1º

subscritor: Francisco

Assis)

274 votos (24.27%)

MAXIMIANO MARTINS, CANDIDATO DO PS À PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL DA MADEIRA

“Ninguém pode contar com este Governo do PSD”



Maximiano Martins considera que a política social na Madeira é um “apagão” e acusa o Governo Regional do PSD de ser um dos responsáveis pelo aumento do desemprego, pelo facto de não pagar às empresas. O candidato do PS-M a presidente do Governo, nas eleições de Outubro, indica nesta entrevista algumas das soluções para fazer face à grave crise que afecta a Região, marcada por uma dívida superior a 7 mil milhões de euros, 75 mil pobres e cerca de 20 mil desempregados.

Qual é a sua posição sobre o Programa de Governo PSD/CDS, designadamente no efeito junto dos madeirenses?

É um programa desequilibrado e injusto, sobretudo no que respeita aos efeitos sobre a Madeira – uma pequena economia insular e ultraperiférica. Contudo, como já afirmei várias vezes, não estou contra a totalidade das medidas, muito pelo contrário, há um conjunto de iniciativas previstas no programa que há muito já deviam ter sido implementadas na Madeira.

Pode dar alguns exemplos?

Concordo com a contenção da despesa na Administração Pública Regional; com a reestruturação do sector público empresarial, levando mesmo ao encerramento de empresas que não prossigam objectivos sociais ou de criação de emprego, como é o caso das Sociedades de Desenvolvimento; com a despartidarização da administração regional, isto é, o fim dos “jobs for the boys” que proliferam na Região; com as restrições na criação de novas entidades públicas que atropelam as funções de outras já existentes; com a exigência da saída do Governo Regional de empresas falidas e que prejudicam o funcionamento do

mercado e da democracia em que o Jornal da Madeira é o expoente mais relevante; finalmente, a minha candidatura concorda com a redução de 15% de cargos dirigentes.

Mas dizia que há matérias que não concorda. A que se referia especificamente?

Posso, por exemplo, destacar alguns aspectos que a serem implementados como estão propostos pelo PSD/CDS terão um efeito muito grave no crescimento económico da Madeira e na vida quotidiana das famílias. Refiro-me especificamente ao seguinte: alteração da Lei das Finanças Regionais (com diminuição das transferências para a Região e o aumento do IVA); despedimentos e/ou redução de pessoal da Administração Pública Regional e redução de salários; aumento do IVA da hotelaria e restauração, o que afecta, de forma grave e irreversível, o turismo; pouco relevo do turismo no programa do PSD/CDS, enquanto sector que para nós é estratégico e gerador de riqueza. Também discordo do formato de privatização da ANA, do imposto extraordinário e do fim do alargamento dos benefícios fiscais à Zona Franca da Madeira.

Quais as razões para o crescimen-

to do desemprego na Região e quais as medidas para conter este flagelo?

A crise financeira que afectou o mundo também passou pela Madeira. Mas as fragilidades da Região não são de agora e reflectem opções erradas e, em alguns casos, desastrosas. O Governo do PSD gastou de mais e de forma errada.

O desemprego da Região disparou nos últimos tempos. Só no último ano passamos de 9.000 desempregados para quase 20.000. O aumento mais significativo dos últimos dois anos encontra uma parte da explicação nas dívidas do Governo às empresas. O calote do Governo Regional de mais de mil milhões de euros tem provocado um aumento significativo de falências. Portanto, no curto prazo e como medida urgente se for governo pagarei todas as dívidas e estabelecerei este objectivo como um desafio principal.

Mas como pensa fazê-lo?

Há vários mecanismos disponíveis e alguns até de carácter financeiro. Contudo, considero que suspender investimentos não prioritários e restringir as avultadas transferências do orçamento regional para as empresas públicas falidas e que não cumprem objectivos sociais ou de

criação de emprego, serão suficientes para repor a normalidade nesta matéria e pagar o calote do governo do PSD. Mas quero ir mais além: garanto que um Governo meu pagará, em média, a 60 dias. Um Governo responsável e sério cumpre os seus compromissos.

Qual é no seu entender as maiores fontes de despesismo do Governo Regional?

O primeiro é o sector público empresarial. Imagine que este sector tem um passivo de mais de 4 mil milhões de euros. Compare com todas as empresas municipais do país cujo passivo ascende a 1,5 mil milhões de euros e percebemos bem a dimensão do que falamos. Estas entidades públicas são sorvedouros de dinheiros públicos e a maior parte delas está falida e é inútil. Depois há a aquisição de bens e serviços que precisa de rigor e planeamento, como, por exemplo, o parque automóvel do Governo que é manifestamente exagerado e desproporcional à realidade regional.

Política social é um apagão

O que acha da política social do Governo Regional?

Considero que é um apagão. Efectivamente, este Governo do PSD não tem política social. O Orçamento Regional é demonstrador deste facto: os únicos meios disponíveis para medidas de carácter social são as verbas da Segurança Social transferidas para a Região e que depois são afectas ao Instituto de Emprego. Tudo o resto é da responsabilidade da República. Ninguém pode contar com este Governo do PSD: nem os desempregados, nem os idosos nem as crianças mais desfavorecidas.

Mas que medidas propõe?

Em primeiro lugar quero dizer de forma clara que não aceito a existência de 75.000 pobres na Madeira. A pobreza não é uma fatalidade nem é próprio de uma sociedade civilizada. Quero resolver esta situação dramática que bloqueia o nosso futuro. Para começar, 2012 será o ano regional de combate à pobreza e à exclusão social. Contudo, existem sete áreas de intervenção que farão parte da política social do meu governo de modo a transformar a Madeira numa sociedade mais justa e solidária. Destaco uma política de família consistente de modo a assegurar questões como o combate à exclusão social e pobreza, a protecção das crianças e jovens em risco, o apoio aos mais idosos e a definição de uma lu-

ta sem tréguas à toxicod dependência.

Governo desatento e mal preparado

Estamos próximo da decisão do pacote financeiros de ajuda à Madeira 2014-2020 por parte da Comissão Europeia. Acha que o Governo Regional fez tudo o que estava ao seu alcance de modo a obter o máximo de fundos europeus?

Claro que não. Infelizmente, aproximamo-nos, perigosamente, da decisão final da Comissão sobre as expectativas financeiras para a Região para o período 2014-2020 e o Governo Regional ainda não fez a sua parte do trabalho. Comigo nada disto estaria a acontecer porque nada me prende a outros interesses. Os únicos que me movem são os dos madeirenses. Por isso, já teria definido a estratégia adequada com fundamentação relevante, designadamente com aquilo que o PS-M tem referido dezenas de vezes: a criação e uma bateria de indicadores que suportem a ideia que a Madeira precisa de manter um nível de apoios semelhantes às regiões de coesão, demonstrando que o PIB está empolado pelo efeito da Zona Franca, pelo que a análise do desenvolvimento deve incluir outras variáveis. Mas isto não é suficiente. Na UE tudo se negocia e para sermos bem sucedidos precisamos de lóbi e de pressão junto das entidades que decidem. ●

PERFIL

Nome Completo

Maximiano Alberto Rodrigues Martins

Data e local de Nascimento

30-10-1949 - Funchal

Habilitações Literárias

Licenciatura em Economia

Profissão

Economista

Administrador de Pólo Tecnológico de Lisboa

Cargos exercidos

Deputado na Assembleia da

Assembleia da República

Membro da Assembleia Parlamentar

do Concelho da Europa (2005-2009)

Gestor do POE/Programa

Operacional da Economia (2000-2002)

Gestor do PEDIP II (1986-2002)

Professor Convidado do ISEG e da

Universidade da Madeira.



O buraco orçamental nas contas públicas da Madeira não pára de crescer. O Instituto Nacional de Estatísticas e o Banco de Portugal tiveram agora conhecimento de mais mil milhões de euros não registados nas finanças regionais desde 2003, facto que implicará uma revisão em alta do défice nacional desde 2008.

A revelação de sucessivos buracos nas contas da Madeira provocou uma veemente reacção por parte do secretário-geral do PS que, no Parlamento, disse tratar-se de “mais um escândalo do Governo do PSD” na região, pelo que exigiu que o primeiro-ministro ponha cobro a um “desbaratar” de dinheiros públicos, em especial em período pré-eleitoral.

António José Seguro desafiou ainda Pedro Passos Coelho a retirar a confiança política a Alberto João Jardim.

Os analistas económicos são consensuais ao afirmar que o despesismo desenfreado que se tornou prática corrente na gestão de Alberto João Jardim explica por si só um quarto do buraco orçamental deste ano (500 milhões em 2000 milhões), não sendo, aliás, a primeira vez que tal acontece.

A situação na Madeira é claramente de crise e “insustentável” e o PS/Madeira tem vindo a público, por diversas ocasiões, chamar a atenção para esta calamidade financeira.

Segundo os socialistas madeirenses, só a dívida no sector da saúde atinge 550 milhões de euros e os prazos médios de pagamentos são superiores a mil dias, isto é, são precisos quase três anos para pa-

gar uma factura da saúde.

Por outro lado, as dívidas a fornecedores são superiores a mil milhões de euros e os prazos médios para pagamento geral superam os 200 dias.

Face à gravidade deste quadro, o PS/Madeira tem manifestado reiteradamente preocupação com os níveis insustentáveis da dívida madeirense, até porque está em causa o cumprimento das metas do memorando estabelecido com a troika.

Por sua vez, o Governo central e Pedro Passos Coelho têm optado pelo silêncio a favor da renovação da maioria absoluta jardimista, provocando um efeito desmoralizador nos cidadãos que quotidianamente são confrontados com a duplicação de metas para cortes na saúde, com aumentos de impostos sucessivos e com promessas de mais e mais austeridade.

Jardim de espinhos

O PS enfrenta, assim, um grande desafio eleitoral na Madeira no dia 9 de Outubro.

Trata-se de encetar um novo ciclo político nesta Região, e resgatar não só as finanças madeirenses, mas também a autonomia do poder absoluto instituído.

Na campanha para as eleições regionais, o candidato socialista à presidência do Governo Maximiano Martins está confiante na vitória e garante que o povo madeirense tem plena consciência de que estamos no final de um ciclo.

Segundo Maximiano Martins, “os madeirenses precisam de respirar”, até porque têm vivido numa “sociedade silenciada há 35 anos”, o que é, afirma, “insuportável e

inadmissível num regime livre e democrático”.

A responsabilidade, aponta, é do PSD/M e do seu líder Alberto João Jardim, que literalmente “levou a Madeira à bancarrota”.

Assim, defende a realização urgente de uma auditoria às contas da região, cujo resultado deve ser público antes das do dia das eleições.

Conhecer o verdadeiro e caótico estado das finanças madeirenses é um imperativo, mais ainda em tempo de decisões importantes, quando o modelo de desenvolvimento usado e abusado por Jardim entrou em total e evidente colapso.

Para já, o PS/Madeira e Maximiano Martins prosseguem nas acções de campanha, um pouco por toda a região, esclarecendo os eleitores e denunciando as marcas da gestão esbanjadora e ruína da máquina laranja.

Por seu lado, Alberto João Jardim tenta tapar um gigantesco “buraco” com a peneira, desdobrando-se nas suas tradicionais inaugurações e alimentando a voracidade mediática com polémicas requeitadas e declarações impróprias do foro de discussão democrático.

À espera continuam ainda as prometidas obras de reconstrução das zonas afectadas pelo aluvião de 20 de Fevereiro de 2010, apesar das verbas destinadas a fazer face a este trágico acontecimento terem sido entregues ao Governo regional nos prazos acordados com o Executivo de José Sócrates e que foram usadas para despesas de funcionamento.

É caso para dizer que o pão e o circo continuam, mas no jardim já só ficam espinhos. ● M.R.



QUE SISTEMA NACIONAL DE SAÚDE QUEREMOS TER?

António Serrano

O número 1 do artigo sexagésimo quarto (64º) da Constituição Portuguesa prevê que todos têm direito à protecção da saúde e o dever de a defender e promover. Esta é a nossa responsabilidade colectiva e esta é a principal responsabilidade de quem Governa. Sabemos que o Memorando da Troika nos impõe uma forte redução da Despesa Pública na área da saúde. Só em 2012 está previsto um corte de 550 milhões de euros. Este montante foi analisado por todas as partes, incluindo pelo PSD que agora nos governa e que subscreveu aquele memorando. As medidas contempladas incidem maioritariamente em áreas que podem ser sujeitas a racionalização do sistema, em áreas onde existe claro desperdício onde há espaço para mais eficiência e melhor organização e gestão. Todos sabemos que sem boas contas na saúde, está em causa a sustentabilidade de todo o sistema. Desde Correia de Campos, como ministro da Saúde, que a sustentabilidade foi uma opção política com um programa bem orientado para alcançar tal desiderato. O Partido Socialista, fundador do SNS com António Arnaut, conhece bem as exigências de um sistema que sempre procurou concretizar os ide-

ais constantes da nossa Constituição, levando os cuidados de saúde a todos os cidadãos de forma tendencialmente gratuita. A evolução tecnológica e o aumento da esperança média de vida, o contínuo aumento da qualidade da oferta de cuidados, associado à incapacidade de gerar riqueza de forma crescente, constituem factores que nos desafiam para abordar de forma muito empenhada a defesa do SNS através da melhor Gestão de todo o sistema. O Partido Socialista deve estar disponível para analisar e discutir de forma aberta a sustentabilidade do SNS para que o mesmo promova uma igualdade de acesso a todos os cidadãos. Esta igualdade de acesso é garante da coesão social tão necessária, em especial nos momentos de profunda crise como aquela que vivemos. O que o Partido Socialista não pode entender é a decisão do Governo, de “ajustar” o corte previsto no memorando da Troika em + 47%, ou seja de uma redução da Despesa de 550 milhões de euros, temos agora uma redução de 810 milhões de Euros! A Ministra Ana Jorge acompanhou de forma notável esta negociação e sabe bem o que esforço que nos pediram. Como é possível somar a esse esforço mais 260 Milhões em

2012? Até hoje continuamos a desconhecer as razões objectivas deste agravamento brutal. Na Comissão da Saúde de 7 de Setembro, questionámos o sr. ministro, mas não obtivemos resposta. No dia seguinte os Jornais estavam repletos de pretensas novas medidas que em alguns casos representam retrocessos civilizacionais com consequências negativas, incluindo na perspectiva financeira (o caso das Pílulas!). A tutela desmentiu mas não há fumo sem fogo! Ainda desconhecemos qual o plano do Governo para concretizar um corte desta dimensão. O que será o corte na gordura, no desperdício, que cortes resultarão da racionalização do sistema e da redução de estruturas na Administração Central e Regional, que cortes virão da redução do nível da cobertura da população portuguesa? Será que o Governo defende um SNS parcial, um SNS mínimo? Que hospitais serão concessionados às Instituições de natureza social ou a entidades privadas? Qual o paradigma gestor para o SNS, como vão ser escolhidos os gestores dos Hospitais, que capacidade efectiva terão para actuar e como irão estar integrados na cadeia de decisão? Como vão ser premiados os bons gestores, como irão ser penalizados os que apresentam mau despenho? Como vai fazer o Governo para capitalizar os Hospitais EPE que têm o seu capital social por realizar? Qual a estratégia para liquidação das dívidas a fornecedores? Recorde-se que o Memorando assinado com a troika prevê a obrigação de (ponto 3.71) estabelecer um calendário ambicioso e vinculativo para liquidar todos os pagamentos em atraso (pagamentos devidos a fornecedores nacionais com atraso superior a 90 dias”...[T3-2011]” dos hospitais? O Partido Socialista deve continuar a estar na linha da frente e de forma responsável na defesa do SNS. Esta é uma batalha política que já começou! ●



TRIBUTO A BEATRIZ CAL BRANDÃO

Renato Sampaio

Mais um vulto da democracia nos deixa – Beatriz Cal Brandão.

Na madrugada do passado dia 20 de Agosto, partiu silenciosamente mas deixando-nos um riquíssimo legado, de mulher íntegra, de fortes convicções e grande lutadora e empenhada pelas causas em que acreditava.

Mulher de uma extraordinária capacidade intelectual, de uma coragem física e emocional superiores e de inabaláveis convicções republicanas e democráticas, Beatriz Cal Brandão fez da sua vida um exemplo inspirador da vivência dos valores da liberdade, da igualdade e da solidariedade. Nascida no Porto, no ano de 1914, no seio de uma família de fortes convicções republicanas, Beatriz Cal Brandão, a primeira portuguesa licenciada em Engenharia Química, viu a sua juventude marcada pela luta contra o salazarismo, tendo sido presa diversas vezes.

Foi num desses momentos vividos nos cárceres da PIDE que o seu percurso se cruzou para sempre com o do jovem lutador anti-fascista que haveria de se tornar seu marido e companheiro inseparável de luta, Mário Cal Brandão.

Juntos viveram as campanhas de Norton de Matos e Humberto Delgado e integraram o Movimento de Unidade Democrática, figurando entre o escol de figuras referenciais das tertúlias culturais e políticas do Porto.

Na convergência de revilharistas e a casa de Beatriz e Mário Cal Brandão foi porto de abrigo de muitos dos que tinham de se esconder da PIDE, tornando-se a matriarca acolhedora de grandes vultos da democracia que por lá passaram.

Os jovens desse tempo, entre a evocação dos difíceis momentos vividos por perseguição política e por recusarem combater na guerra colonial, recordam ainda o altruísmo do seu acolhimento.

Foi também na sua casa que se realizaram muitas das reuniões que vieram a dar origem à criação do Partido Socialista, do qual foi fundadora.

Sonhou viver em liberdade. Ocupa, hoje, um lugar próprio no processo de construção do Portugal democrático.

Com o 25 de Abril de 1974, Beatriz e Mário Cal Brandão tornaram-se um dos esteios da vida política no Porto e, em particular, da vida do Partido Socialista.

Deputada à Assembleia Constituinte, exerceu a actividade parlamentar até 1985, consecutivamente eleita pelo círculo do Porto, tendo sido a primeira a erguer a sua voz no parlamento em defesa do direito à interrupção voluntária da gravidez.

Beatriz Cal Brandão foi uma mulher à frente do seu tempo, que nunca virou a cara ao combate em defesa dos mais desprotegidos, dos ofendidos da sociedade, das mulheres, o que fez dela uma legítima continuadora do legado que nos foi deixado por Adelaide Cabete, Carolina Beatriz Ângelo, Ana Castro Osório e tantas outras.

Passará agora a viver nas páginas da história da luta pela liberdade, pelo progresso, pela justiça e lembra-nos que a democracia é um processo em permanente construção.

Portugal, o Partido Socialista e particularmente a Distrital do Porto devem-lhe um particular tributo, porque é também por ela que hoje somos quem somos.

Obrigado, Beatriz Cal Brandão! ●

Enquanto nos afundamos e as pessoas sofrem, os comentadores peroram, explicam, explicitam, interpretam, preopinam, afiançam, garantem, vaticinam, ameaçam. Dizem: “É assim” e começam a debitar palavras



A CRISE

José Manuel dos Santos

Esta crise, que tantos males tem causado, vem causando um de que pouco se fala: o imenso e constante espectáculo de narcisismo opinioso e de mediocridade vaidosa. Disfarçado de livre e variada democracia de opinião, o que há é pensamento único (e é lisonjeiro chamar-lhe pensamento) e repetição do mesmo. A pretexto da crise e para a dissecarem (“esmiuçarem”, diriam os humoristas), sucedem-se nos écrans de televisão comentadores, analistas, editorialistas, líderes de opinião, especialistas, tudólogos, politólogos, sociólogos, futurólogos, historiadores, economistas - todos sábios, todos visionários, todos independentes, todos inesgotáveis, todos insaciáveis. Os jornalistas que os apresentam ao país perplexo cobrem-nos de elogios, enumerando dons, capacidades, qualificações e títulos, para assim darem crédito e continuidade a esta produtiva indústria de opinião.

Amanhece: abre-se a televisão e salta-nos logo um economista - profeta a falar com a voz lúgubre com que atira e interpreta números, assim os praticantes do tarot atiram e interpretam cartas: a morte, o dependurado, a força, a roda da fortuna, a temperança, o diabo, o julgamento, o mundo... Ficamos com o dia estragado! Anoitece e, para ficarmos com a noite insonel, basta aparecer um politólogo a proclamar, com ar doutoral e definitivo, que “agora é a doer! A realidade impõe-se e não há cá ideologias: o que é preciso é arranjar soluções para os problemas.” Diz isto sem se dar conta (ou então diz isto exactamente porque se dá conta) de que “as soluções que preconiza” (eles adoram falar com estas palavras) são todas filhas da ideologia - e da ideologia que provocou a crise que ameaça o mundo.

Enquanto nos afundamos e as pessoas sofrem, os comentadores peroram, explicam, explicitam, interpretam, preopinam, afiançam, garantem, vaticinam, ameaçam. Dizem: “É assim” e começam a debitar palavras. Com o olho brilhante, garantem que já haviam previsto tudo, que já tinham prevenido de tudo. Mesmo quando disseram ontem o contrário do que dizem hoje, têm sempre razão. Para eles, os políticos são nulos; os trabalhadores, incompetentes; os eleitores, inconscientes;

os cidadãos, irresponsáveis; os portugueses, incapazes. Num mundo em que (dizem) todos são cegos ou culpados (e as vítimas são as mais culpadas), eles, comentadores, são os únicos inocentes e clarividentes. Mas a gente ouve-os falar e, no que dizem, raramente reconhece uma ideia que fique, uma análise que valha, uma proposta que lembre. Escutam-os e quase tudo é banal, previsível, óbvio, desinteressante, quando não é estúpido, insensato ou cruel, numa mistura de agressividade ofensiva e de moralismo barato. Das bocas que se abrem, num ricto sapiencial e presumido, soltam-se lugares comuns, frases feitas, palavras gastas. A maioria destes que tanto falam parece existir para desmentir a afirmação feita um dia por Antero de Quental “de que não é possível viver sem ideias”. Eles vivem sem ideias - vivem apenas com as palavras que repetem de outros e dão a outros para repetir. Mas o que dizem gerou uma doxa da crise, uma doutrina única, uma vulgata - tão simplista, tão primária e tão ortodoxa como outras vulgatas.

Entre os comentadores desta vasta colecção deles, têm alcançado retumbante êxito os pregadores apocalípticos, que juntam a uma visão do fim aquilo a que poderíamos chamar de sadismo social. Para estes, quanto pior, melhor. Isto é, quanto pior acontece às pessoas, melhor acontece ao país, à Europa e ao mundo. Sob o tom lúgubre ou épico com que anunciam o fim de direitos sociais e de progressos humanos, há um indisfarçado sorriso de embevecimento e de alegria. Debaixo do vocabulário financeiro e tecnocrático com que tentam esconder os valores éticos e os princípios políticos que os inspiram, o que afinal dizem é: “Saúde para todos, era o que faltava!”, “Educação para todos, nem pensar!” “Direitos no trabalho, isso acabou!” Para eles, todo o trabalho é pouco e qualquer descanso é muito, qualquer regalia é amolecedora e todo o sacrifício é redentor, o salário mínimo é excessivo e o lucro máximo é escasso, todos os direitos são exagerados e todos os deveres são insuficientes, tudo o que é do Estado é mau e tudo o que é contra o Estado é bom. Para eles, a globalização é a globalização neo-liberal -

e não pode haver outra. Para eles, o que não seja pensar assim é delírio, irrealismo, anacronismo, cegueira. Aos que pensam diferentemente, dizem: “O vosso mundo acabou!”. Para eles, o velho determinismo social-historicista foi trocado por um novo determinismo económico-historicista. Estes adeptos do “realismo” económico e do darwinismo social gostam de apresentar como inevitável o que para eles é desejável. Atacam o modelo social europeu como se fosse uma infâmia. Atiram-se à ideia de igualdade como se fosse um escândalo. As razões supostamente económicas em que fundamentam os seus ataques não chegam para disfarçar que, neles, fala uma visão do mundo fundada na desigualdade, no privilégio, na precariedade, na insegurança, na dependência, no retrocesso, na injustiça (eles dirão na “injustiça justa”), na crueldade (eles dirão na “crueldade virtuosa”). É a isto que os socialistas, firmados na sua história e convictos dos seus valores, terão de responder - sem complexos, sem rodeios, sem temores. Com pensamento novo, com fidelidade antiga, com coragem serena. Neste tempo tão perigoso e ameaçador, temos o dever de lembrar que foi a mercantilização do mundo, a coisificação das pessoas, a financeirização da economia, a anomia da sociedade, a captura do Estado, a massificação do sentir, a infantilização da educação, a corrupção da ética, a mediocratização do juízo, a futebolização do sucesso, a televisão da vida e a submissão da política a tudo e a todos (nomeadamente ao planetário Big Brother económico-financeiro) que gerou esta crise.

É chegada a hora de regressarmos, reinventando-os, aos valores éticos e políticos da liberdade, da igualdade e da universalidade, vendo-os como aliados e não como inimigos do homem. São esses os nossos valores. Porque, como afirmou o historiador Tony Judt, no seu livro-testamento “Um tratado sobre os nossos actuais descontentamentos”, “a social-democracia (e o mesmo é dizer o socialismo democrático) não representa um amanhã que canta, nem um ontem que cantou. Mas, entre as opções políticas, é melhor que qualquer outra ao nosso alcance”. ●

António José Seguro sabe que tem todo o Partido Socialista ao seu lado, preparado para estes tempos difíceis, de desafios e de grande responsabilidade

editorial
UM NOVO
FUTURO



Miguel Coelho

Foi muito clara a mensagem de esperança enviada aos portugueses no seu discurso de encerramento do Congresso por António José Seguro: o PS será uma oposição responsável, respeitador dos compromissos internacionais, mas que não se renderá à visão ideológica e mesquinha desta direita neoliberal que apenas está preocupada em desmantelar o Estado Social retirando aos portugueses cada vez mais direitos sociais, privatizando ao desbarato serviços públicos essenciais, numa clara estratégia de entregar ao sector privado áreas fundamentais como são por exemplo a saúde e a educação, ou vender ao desbarato empresas de elevado interesse estratégico de que são exemplo as Águas de Portugal e a RTP.

O PS está pronto para esta corrida de fundo, uma maratona, como a classificou o secretário-geral, e no fim, quer, muito naturalmente, assumir o poder e voltar a governar Portugal, devolvendo às portuguesas e aos portugueses, um Estado mais justo e solidário.

Foi portanto um Congresso virado para o futuro, aquele que se realizou nos dias 9, 10 e 11 de Setembro em Braga. Foi um Congresso de unidade, mas plural. Mais uma vez, ficou demonstrado que é possível discutir ideias, propostas diferentes e, em simultâneo, cimentar a unidade interna. Se António José Seguro sempre demonstrou durante este processo a sua vontade em construir um partido unido e coeso, aberto aos militantes, importa igualmente reconhecer o importante contributo dado por Francisco Assis, para que esse debate plural tenha ocorrido. A sua intervenção no Congresso constituiu um momento importante para a afirmação da unidade do partido.

António José Seguro sabe que tem todo o Partido Socialista ao seu lado, preparado para estes tempos difíceis, de desafios e de grande responsabilidade.

Os portugueses têm os olhos postos em nós e são já evidentes os sinais de esperança que se viram para o PS após a abertura deste novo ciclo.

Estaremos todos, certamente, à altura das nossas responsabilidades. ●

Falta sensibilidade social ao Governo

Nestes 80 dias há "uma marca que distingue este Governo, a marca dos três is, injustiça social, incumprimento eleitoral e insensibilidade social", acusou o secretário-geral do PS, António José Seguro, no debate quinzenal, dia 14 de Setembro, na Assembleia da República, numa intervenção em que ficou mais uma vez claro o enorme oceano ideológico que o separa do actual primeiro-ministro.

"Se eu estivesse aí no seu lugar não aumentaria de seis para 23% o IVA do gás e da electricidade", disse o líder socialista, apontando de imediato como alternativa a este brutal aumento a adopção de uma taxa suplementar às empresas com lucros superiores a dois mil milhões de euros, "ou a revisão dos apoios à produção a partir de co-geração". Ao rejeitar estas propostas socialistas, disse Seguro, fica claro que este Governo do PSD/CDS "não tem qualquer sensibilidade social", garantindo que se este ano, já a partir do próximo mês de Outubro, as famílias portuguesas vão passar a pagar mais pelo gás e electricidade que consomem isso deve-se, "em exclusivo", a uma opção deste Governo.

O secretário-geral do PS manifestou-se ainda "chocado" com as declarações do ministro da Educação, corroboradas pelo primeiro-ministro, que criticou o programa "Novas Oportunidades" lançado



com enorme êxito pelo anterior Executivo socialista, é já elogiado pela OCDE, afirmando que "em política não vale tudo", e acusando Nuno Crato de "sobrepôr os interesses partidários aos objectivos de qualificação dos portugueses". Seguro atacou ainda o Governo por não se ter ainda pronunciado sobre o "calamitoso desvio orçamental da Madeira" e por o primeiro-ministro se ter "alegadamente verga-

do" perante a chancelerina alemã, Angela Merkel, aquando da sua recente visita a Berlim, recuando perante a defesa dos eurobonds.

Quanto à proposta apresentada pelo PSD de uma eventual revisão da Constituição de forma a estabelecer limites ao défice e dívida na Lei Fundamental, António José Seguro, abordado pelos jornalistas à saída do hemiciclo, disse que "ao contrário do primeiro-ministro, o PS não recebe ordens de ninguém". Lembrando que o Partido Socialista é "a favor da consolidação das contas públicas", Seguro acentuou que a União Europeia "tem de se trabalhar do lado da consolidação das contas públicas mas também do lado do crescimento económico".

Sobre a Taxa Social Única (TSU) e uma eventual descida de oito pontos percentuais como é defendido pela troika, o líder socialista garantiu que apenas responde perante os portugueses e não diante "membros individuais da troika". ● R.S.A.

Zorrinho lidera Grupo Parlamentar do PS

Carlos Zorrinho foi eleito presidente do Grupo Parlamentar do PS com 62% dos votos favoráveis. A lista proposta pelo ex-secretário de Estado da Energia e Inovação para a direcção da bancada socialista obteve 43 votos a favor, 26 contra, dois brancos e um nulo.

Acompanham Zorrinho na direcção da bancada parlamentar socialista os vice-presidentes Basílio Horta, Fernando Medina, José Junqueiro, António Braga, Pedro Nuno Santos, Ricardo Rodrigues, Sónia Fertuzinhos, Mota Andrade, Fernando Jesus, Inês de Medeiros, Isabel Oneto e Odete João.



Questionado sobre o resultado das eleições para a direcção do Grupo Parlamentar, Carlos Zorrinho afirmou: "Sinto imensa satisfação por 72 dos 74 deputados terem votado. Os únicos dois que não votaram [José Lello e Miranda Calha] estão em missões externas - e a votação na lista que propus foi expressiva, 62

por cento, mas, a partir de agora, o trabalho árduo é para todos os deputados e é de envolvimento desses deputados com o único objectivo de fazermos uma oposição construtiva e de sermos parte da construção de uma alternativa para Portugal".

E adiantou ainda que irá "descentralizar o trabalho e focar tudo muito nos objectivos. Este Grupo Parlamentar vai sair o mais possível de São Bento, vamos fazer reuniões de direcção descentralizadas e o maior número possível de jornadas parlamentares, aproximando deste modo o mais possível os deputados das pessoas". ● J.C.C.B.